

Brasil*Dívida pública*

Contas públicas Superávit primário de R\$ 2,71 bilhões em julho encobre déficit global de R\$ 14,3 bilhões

Alta do dólar faz a dívida líquida subir R\$ 51,5 bi no ano

Mônica Izaguirre
De Brasília

O persistente aumento da taxa de câmbio está custando muito caro ao setor público. Nos primeiros sete meses do ano, a desvalorização do real respondeu sozinha por uma elevação de R\$ 51,5 bilhões no saldo do endividamento líquido da União, Estados, Municípios e empresas estatais, que, assim, encerrou julho em R\$ 641,29 bilhões, equivalente a 52,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Apesar do superávit R\$ 2,71 bilhões em suas contas primárias (conceito que ignora encargos de dívida), o setor público registrou no mês passado um déficit global de R\$ 14,33 bilhões, principalmente por causa do câmbio. Foi o pior resultado mensal dos últimos 30 meses, só superado pelo pós desvalorização cambial de janeiro de 1999.

Em julho, a conta de juros e correção sobre dívida também foi a mais alta desde então e chegou a R\$ 17,05 bilhões. Não fosse a desvalorização, o déficit teria sido de R\$ 6,04 bilhões e a conta de juros e encargos sobre dívida de R\$ 8,75 bilhões, informou ontem Altamir Lopes, chefe do Departamento Econômico do Banco Central, ao divulgar o resultado consolidado das contas públicas. Ou seja, só a variação da taxa de câmbio, que foi de 5,49% no mês passado, gerou encargos de cerca de R\$ 8,29 bilhões sobre a dívida interna.

O impacto da variação cambial sobre o valor em reais da dívida ex-

terna não entra no cálculo do déficit público, embora se reflita no estoque da dívida líquida. Se for considerada também a dívida externa, só em julho, a taxa de câmbio produziu um aumento de R\$ 14,44 bilhões na dívida pública, do total de R\$ 51,5 bilhões em sete meses.

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, comentando os dados fiscais de julho, disse que "não se pode extrapolar a situação atual para um futuro indefinido". Em outras palavras, ele acredita que em algum momento a taxa de câmbio vai parar de subir, deixando de afetar a dívida. Segundo ele, o impacto sobre a dívida pode "até se reverter", o que pressupõe recuo da cotação do dólar.

Não é isso, porém, que está acontecendo em agosto. Ao contrário, os números de agosto que serão divulgados no próximo mês deverão mostrar um novo aumento do custo da variação cambial para os cofres públicos. Isso porque, até anteontem, a desvalorização acumulada desde o início do mês pelo real já estava em 5,23%, percentual próximo ao verificado em julho. Fraga argumenta que a situação é conjuntural e que diante dos choques sofridos este ano (crise argentina, crise política interna, racionamento de energia, desaceleração da economia mundial), a economia brasileira "até que está respondendo bem".

O Banco Central já trabalha com a hipótese de o endividamento líquido do setor público aumentar ainda mais até fim do ano e encer-

rar 2001 em 54% do PIB, disse Altamir Lopes, chefe do Departamento Econômico. Tanto que no novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) foi estabelecido um teto de R\$ 700 bilhões para o saldo do fim de dezembro.

Nos sete primeiros meses de 2001, o setor público acumulou um déficit nominal de R\$ 43,12 bilhões. O superávit primário — de R\$ 33,13 bilhões — não foi suficiente para cobrir a conta de juros e correção sobre a dívida, que alcançou R\$ 76,26 bilhões no mesmo período, dos quais R\$ 28,9 bilhão só por causa da variação da taxa de câmbio. Em igual período do ano passado, a conta de juros e correção foi de R\$ 45,11 bilhões.

Nos 12 meses encerrados em julho deste ano, o déficit público chegou a R\$ 72,03 bilhões a preços correntes, o que, a preços valorizados, corresponde a 6,21% do PIB. No final de junho, o déficit nominal em doze meses estava em 5,4% do PIB.

A conta de juros e correção do período de doze meses terminado em julho atingiu R\$ 118,58 bilhões. Sem a desvalorização cambial, as mesmas despesas teriam sido de R\$ 79,31 bilhões, informou Altamir Lopes, cerca de R\$ 39 bilhões a menos.

No entendimento do governo, porém, o que importa sob o ponto de vista fiscal é o resultado primário das contas públicas, conceito que exclui a apropriação de juros e encargos sobre a dívida. É este conceito que vale para efeitos de cumprimento das metas acertadas

Necessidades de financiamento do setor público

Em R\$ milhões

Discriminação	Correntes		Valorizados ¹			
	2000** Jan-Jul	Ano	2001** Jan-Jul	2000** Jan-Jul	Ano	2001** Jan-Jul
Nominal	20.384	49.285	43.129	20.970	51.014	44.378
Governo central	10.500	25.220	29.820	10.778	26.040	30.706
Governo federal***	13.491	25.059	7.552	13.865	26.037	7.789
Bacen	-900	9.437	24.545	-910	9.541	25.285
Empresas estatais federais	-2091	-9.276	-2.277	-2.177	-9.538	-2.368
Governos regionais	9.884	24.066	13.309	10.192	24.974	13.672
Governos estaduais	8.144	19.955	11.569	8.411	20.722	11.912
Governos municipais	1.526	2.966	106	1.558	3.081	85
Empresas estatais estaduais	152	1.014	1.653	160	1.038	1.695
Empresas estatais municipais	63	130	-20	63	134	-20
Juros nominais	45.119	87.442	76.260	46.610	91.382	78.778
Governo central	29.101	55.824	52.761	30.058	58.333	54.516
Governo federal***	29.796	45.967	28.643	30.758	48.354	29.669
Bacen	-1.175	8.960	24.203	-1.194	9.041	24.931
Empresas estatais federais	480	898	-85	494	937	-83
Governos regionais	16.018	31.618	23.499	16.552	33.049	24.261
Governos estaduais	12.335	24.534	16.841	12.748	25.643	17.383
Governos municipais	2.402	4.413	2.546	2.479	4.620	2.625
Empresas estatais estaduais	1.188	2.499	4.005	1.230	2.607	4.143
Empresas estatais municipais	93	172	107	96	180	110
Primário	-24.736	-38.157	-33.131	-25.641	-40.368	-34.400
Governo central	-18.601	-30.605	-22.941	-19.280	-32.293	-23.810
Governo federal	-20.621	-30.980	-26.546	-21.344	-32.753	-27.505
Bacen	275	477	342	284	500	355
INSS	4.316	10.072	5.455	4.451	10.435	5.625
Empresas estatais federais	-2.571	-10.174	-2.192	-2.671	-10.475	-2.285
Governos regionais	-6.134	-7.552	-10.190	-6.360	-8.075	-10.589
Governos estaduais	-4.192	-4.579	-5.272	-4.337	-4.921	-5.472
Governos municipais	-876	-1.447	-2.440	-920	-1.539	-2.540
Empresas estatais estaduais	-1.036	-1.484	-2.352	-1.070	-1.569	-2.448
Empresas estatais municipais	-30	-42	-126	-33	-46	-130
PIB acumulado no ano*	611.272	1.089.688	676.907	630.108	1.139.684	700.098
Memo: financiamento do resultado nominal						
Interno	18.549	49.757	45.023	19.109	51.403	46.447
Externo	1.835	-472	-1.894	1.861	-388	-2.069

Fonte: Banco Central *Fluxos valorizados para o último mês do período com base no IGP-DI **Dados preliminares ***Inclui o INSS (+) déficit (-) superávit

com o FMI, por refletir o esforço fiscal genuíno, diz o governo.

A meta de resultado primário para setembro é fazer, no mínimo, um superávit de R\$ 34,4 bilhões. Faltando dois meses, o superávit primário estava a apenas a R\$ 1,269 de ser alcançado, destaca Altamir Lopes. Na sua opinião, não há sequer a mais remota possibilidade de a meta não ser atingida. Ele diz que a meta fiscal do ano inteiro, que é de fazer um superávit primário de R\$ 40,2 bilhões também será atingida. Para tanto, basta fazer em média um superávit de próximo a R\$ 1,41 bilhão por mês nos últimos

cinco meses do ano. Até agora, o menor superávit mensal deste ano foi o de julho, que chegou a R\$ 2,71 bilhões, lembra. Mesmo que em dezembro o setor público faça um déficit primário — o que é sazonal — a meta do ano será alcançada.

O BC também informou ontem que a reestruturação dos bancos federais, anunciada em junho, gerou um impacto de R\$ 8,95 bilhões na dívida líquida do setor público até final de julho. O impacto total esperado é de R\$ 12,5 bilhões. O Tesouro Nacional emitiu cerca de R\$ 41,14 bilhões em títulos que foram entregues ao Banco do Brasil e à Caixa

Econômica Federal. Porém, o impacto líquido foi menor porque os bancos entregaram créditos ao Tesouro, para melhorar a qualidade de suas carteiras. Em parte por causa da reestruturação, a dívida mobiliária do governo federal aumentou R\$ 30,2 bilhões em julho, fechando em R\$ 608,98 bilhões ou 49,9% do PIB.

Não se via um rombo tão grande nas contas públicas desde janeiro de 1999, quando, em meio a uma crise, o governo abandonou o antigo regime de bandas e a taxa de câmbio se desvalorizou 64,11% num único mês. Na ocasião, o déficit público chegou a R\$ 52 bilhões num só mês.